

LARISSA MONTEIRO FARIA

**O PROFESSOR E A CRIANÇA NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

GOIÂNIA

2020

LARISSA MONTEIRO FARIA

O PROFESSOR E A CRIANÇA NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

GOIÂNIA

2020

LARISSA MONTEIRO FARIA

O PROFESSOR E A CRIANÇA NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof. Orientador: Dr. Marcos Antonio da Silva

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof. Convidado: Dr. Antônio Evaldo Oliveira

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota final: _____ ()

Goiânia, 30/11/2020

DEDICATÓRIA

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado forças e sabedoria para chegar ao fim dessa longa jornada, pois foram muitos altos e baixos, mas Ele sempre esteve comigo, nunca me deixando sozinha.

Ao meu pai, Wercilei Alves Faria, e a minha mãe Elisa Monteiro Soares, que sempre estiveram aqui me animando e dando forças ao decorrer do curso.

Ao meu irmão: Jefferson Monteiro Faria e minha irmã Jéssica Monteiro Faria, que me aturaram quando eu não estava em meu juízo perfeito. Ao meu cachorro Djhou que me alegrava todas as vezes que eu me sentava para escrever.

Enfim, obrigada a todos os professores e colegas que estiveram comigo ao longo do curso de Pedagogia.

AGRADECIMENTOS

À professora Adriana Ribeiro de Freitas, minha primeira orientadora, pois foi ela que me encorajou a continuar escrevendo. Ao Dr. Marcos Antonio da Silva, meu orientador, alguém que eu admiro muito e que serei eternamente grata por cada orientação e apontamento.

“Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire).

RESUMO

O estudo analisa como se dá o processo de adaptação de crianças e professores na educação infantil. Utiliza as modalidades de pesquisa bibliográfica e documental e a fundamentação teórica teve como principais suportes: Ariés (1978), Vigotskii (1998), Ostetto (2000), Balaban (1988) e Oliveira (2002) entre outros. Reconhece que a adaptação da criança na instituição é um momento que necessita de atenção e cuidado, pois para um significativo contingente é uma experiência dolorosa devido ao novo que se apresenta e desafia as rotinas. Admite que o processo de adaptação requer muito da criança que não está acostumada com ambientes diversificados e a convivência com as pessoas para diante do ambiente doméstico, portanto, sujeitada a alterações em sua estrutura física e emocional, e o choro é a forma mais clara de demonstrar tamanho incômodo. Assinala que, no caso dos professores, esse momento pode ser de muita tensão e insegurança, principalmente para os profissionais iniciantes. Conclui pela necessidade do acolhimento competente no processo da adaptação da criança na educação infantil, e isto envolve a atuação conjunta do professorado e da família, e para que aconteça dentro da normalidade exige planejamento, reflexão e crítica ao engessamento das práticas ou vinculação apenas às teorias, assim, é preciso melhorar cada vez mais a atuação através da formação continuada e mediação reflexiva, pois o profissional da educação nunca deve parar de obter conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Adaptação. Educação infantil. Criança. Formação de professores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL	10
1.1 O CONCEITO DE INFÂNCIA EM DIFERENTES ÉPOCAS	13
1.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE	17
2 PROCESSOS DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR ..	19
2.1 ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA: UM PROCESSO DOLOROSO?	21
2.2 O PLANEJAMENTO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO ACOLHIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	23
3 A CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	28
3.1 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA: SER PROFESSOR- MEDIADOR	31
3.2 A INSEGURANÇA E A APRENDIZAGEM PARA SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Na atualidade a inserção da criança no ambiente escolar tem ocorrido cada vez mais precocemente, tornando a escola um dos primeiros lugares de extensão complemento de convivência para diante do ambiente familiar. Percebe-se, porém, que muitas instituições não estão preparadas para recebê-la, ou até mesmo não têm um planejamento sistematizado para lidar com o estranhamento inicial dela, da família, e até mesmo do professor, principalmente se recém-formado.

Ao iniciar a vida escolar, a criança distancia-se da convivência familiar e passa a frequentar um ambiente novo, no qual ela deve interagir socialmente com os professores e com as outras crianças, um ambiente com regras e propício para atividades que visam o seu desenvolvimento. Neste estudo intento propor uma reflexão sobre a importância do acolhimento no período de adaptação escolar da criança e compreender a importância da capacitação dos professores para esse momento. Portanto, o tema escolhido para o desenvolvimento desse projeto foi: “O professor e a criança no processo de adaptação na educação infantil”.

A educação infantil surgiu, inicialmente, como uma forma de abrigar e cuidar da criança para que sua família pudesse assumir outras atribuições. Ao longo dos anos, contudo, esse cenário mudou. Atualmente é compreendida como a primeira etapa da educação básica, destinada a crianças entre zero e cinco anos de idade, cuja proposta pedagógica busca o desenvolvimento social, cognitivo e motor por meio da socialização, de brincadeiras e atividades lúdicas.

Diante desse cenário, surgiu o problema que pretendo responder nesta monografia: “Quais são os desafios encontrados pelo professor e a criança no processo de adaptação na educação infantil?” E, portanto, busco analisar a importância que deve ser dada à adaptação da criança pequena especialmente pelo educador, enquanto mediador desse processo, e compreender as atitudes ideais para contribuir na superação, caso esse momento se constitua em problema.

Sendo assim, viso compreender a educação infantil por meio de um breve resgate histórico acerca da sua concepção, de sua finalidade e proposta pedagógica, e o que compõe o processo de adaptação de crianças iniciadas nessa etapa de escolarização. E, particularmente, intento verificar como se dá a formação

de professores, na direção que pode contribuir de forma eficaz com o processo de adaptação escolar.

Nesse sentido, a principal finalidade deste estudo é compreender quais são os desafios encontrados no processo de adaptação da criança na educação infantil e lançar luz sobre a importância da capacitação dos pedagogos que atuam nessa fase. Portanto, pretendo dialogar com autores e documentos que estudam essas questões. E, baseada nos resultados obtidos, contribuir tanto para a minha formação como educadora que pretende atuar com crianças pequenas, quanto para a comunidade escolar que se identifica com esta temática.

1 A CRIANÇA, A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A seção aborda como a criança, a infância e a educação infantil evoluíram nos diferentes contextos históricos e o olhar que os estudiosos da infância têm atualmente. Os autores que contribuíram na base teórica foram: Ariés (1978), Andrade (2010), Jácome (2018), Takemoto e Lima (2013), Santos (2012), Novais (2002), Costa (2019), Ostetto (2000), Abuchaim (2016), Ahmad (2009), Paiva (2015), Barbosa e Cunha (2011), Kuhlmann (1988), Rocha, (2012), Fuly e Veiga (2012), Kendzierski (2012), Moura; Viana e Loyola (2013), Carmo (2009), Mendes (2015), Piccinin (2012), Oliveira (2008) e Araújo (2017).

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como objetivo favorecer a socialização, o desenvolvimento cognitivo e as habilidades motoras da criança, por meio de atividades e brincadeiras lúdicas, propostas com intencionalidade pelos pedagogos. Nessa fase, deve-se permitir à criança expressar com liberdade sua criatividade, de forma espontânea, constituindo o espaço onde ela tem voz e atenção (ANDRADE, 2010). No entanto, nem sempre foi assim. Nos séculos passados, as crianças não tinham um reconhecimento social. A infância não era compreendida como uma etapa nos processos de formação importantes para a consolidação da personalidade humana acontecer. As crianças, antes isoladas do convívio social, assim que alcançavam alguma independência eram inseridas na vida adulta, assumindo seus trabalhos, trajas e responsabilidades a ela relacionadas. Segundo Ariés (1978, p. 10):

A criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude.

Ariés (1978) afirma que a infância foi “descoberta” no século XIII e ganhou mais força no final do século XVI, mas foi a partir do século XVII que a criança passou a ter mais visibilidade. Esse fato se torna perceptível com a inclusão, com destaque, ganhando mais espaço devido a que: “Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição.” (ARIÉS, 1978, p. 65).

Após essa visibilidade, ela passou a ser o centro da família, a receber mais atenção, um cuidado a mais. A taxa de mortalidade infantil da época foi reduzida, ou

seja, a família passou a compreendê-la com um valor especial, considerando-a sujeito e com direitos e necessidades diferentes dos adultos. Com um espaço cada vez mais privilegiado no contexto familiar, ela passa a ser inserida nas instituições de ensino com o intuito de socializar com seus pares e, também, receber estímulos adequados ao desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras e emocionais. Há de se destacar, porém, que nem todas as crianças vivem a infância, mesmo sendo um direito delas. Ao contrário, muitas delas são privadas dessa etapa pelas condições econômicas e sociais nas quais estão imersas (JÁCOME, 2018).

As instituições de ensino que optam pela educação infantil devem propor projetos pedagógicos e educativos que respeitem o processo de infância da criança e seu tempo individual de desenvolvimento, propiciando o acesso às diferentes culturas presentes no ambiente escolar (TAKEMOTO; LIMA, 2013). Aqui, pretende-se aprofundar, por meio de um breve histórico, no percurso percorrido pela educação infantil, resgatando as influências sofridas na sua implantação e sua absorção na legislação brasileira.

Todas as mudanças na vida impõem situações novas que requerem um processo de adaptação e de acomodação. No processo de escolarização não é diferente. A adaptação da criança na educação infantil é complexa e envolve a sua família e o educador. Para entender melhor esse processo, que pode ser doloroso e lento, é muito importante lançar luz sobre o papel do professor, que precisa ser capaz de acolher a criança com segurança, visto que é um momento delicado e novo.

A inclusão da criança na escola significa uma mudança complexa na sua rotina diária, visto que serão vivenciados novos fatores ambientais, sociais e afetivos que exigirão mudanças em seu comportamento para se encaixar ao novo ambiente proposto. Esse movimento, tão necessário para seu amadurecimento emocional e desenvolvimento cognitivo, pode trazer sofrimentos expressos pelo choro, e também pode atingir a família, já que ambas as partes estão envolvidas em uma rotina permeada por uma presença constante e um cuidado direcionado, a partir de então dividido com pessoas desconhecidas, de diferentes idades. Aqui, nesse momento, é necessário atenção, acolhimento e dedicação para minimizar os impactos no processo de adaptação à nova rotina (SANTOS, 2012).

Não é somente a criança e a família que devem se adaptar a esse novo momento. O professor, e todo o ambiente escolar, também devem estar preparados,

não somente para buscar formas de suprir a ausência da família, ofertando atenção e afeto, mas também tendo consciência de que fazem parte desse processo, como aponta Novaes (2002, p. 9):

[...] adaptação escolar” é, na maioria das vezes, só considerada em relação ao aluno, não se levando em conta a reciprocidade implícita do processo e a sua repercussão nos comportamentos dos professores e no clima psicológico da escola, sem se cogitar sequer em considerar os condicionamentos contextuais, situacionais e injuncionais inerentes à interação social.

Assim como as crianças, eventualmente o profissional também se sente inseguro diante do novo, o que pode refletir na sua estrutura física e emocional. É um desafio para o professor conhecer cada criança, acolher a sua possível dor e ajudá-la em sua superação; isso requer capacitação para lidar com a situação. Torna-se necessário planejar esse período com atividades adequadas, que promovam o envolvimento com seus pares e com o novo ambiente (COSTA, 2019).

Segundo Ostetto (2000), o planejamento pedagógico permite realizar ações pedagógicas capazes de envolver as crianças, o que traz segurança para o educador na mediação de qualquer processo de aprendizagem:

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso, não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador pensar, revisar, buscando novos significados para sua prática docente. (OSTETTO, 2000, p. 177).

O planejamento das atividades e práticas pedagógicas é importante em todas as fases da educação básica, mas na educação infantil é uma ferramenta fundamental, que orienta o professor na sua jornada, visto que envolve uma reflexão crítica do fazer pedagógico a partir do contexto trazido por cada criança. Ao planejar cuidadosamente suas atividades, o professor está incluindo a criança, considerando-a como o sujeito principal desse ato e, no primeiro contato que terá com ela e com a família, precisa estar preparado para receber os desafios, tanto no ato de planejar quanto no espaço ao qual irá adaptá-la (ABUCHAIM, 2016).

Diante desse cenário, me interessei em pesquisar e aprofundar ainda mais meus conhecimentos referentes ao assunto. Desde as disciplinas cursadas na

Universidade até a minha vivência no dia a dia como futura professora, sempre tive um olhar voltado para pesquisar e problematizar esse tema, pois é de suma importância estar preparado para enfrentar os desafios que se apresentam na jornada.

1.1 O CONCEITO DE INFÂNCIA EM DIFERENTES ÉPOCAS

O conceito de criança como um sujeito social, histórico e cultural, tão bem definido por Vygotsky, nem sempre existiu. Segundo Ahmad (2009), o conceito de infância atual é fruto de uma construção social ao longo do tempo:

O conceito de infância é fruto de uma construção social, porém, percebe-se que sempre houve criança, mas nem sempre infância. São vários os tempos da infância, estes apresentam realidades e representações diversas, porque nossa sociedade foi constituindo-se de uma forma em que ser criança começa a ganhar importância e suas necessidades estão sendo valorizadas, para que seu desenvolvimento seja da melhor forma possível, e que tudo aconteça no seu verdadeiro tempo. (AHMAD, 2009, p. 1).

Antigamente, como já visto, a criança era vista como um adulto em miniatura, com roupas e responsabilidade de adulto, não recebendo o afeto e a atenção devida a essa fase e não tendo sua infância respeitada. Segundo Ariés (1978), o século XVI foi marcado por uma alta taxa de mortalidade infantil por causa da pobreza, das condições precárias, da falta de higiene e do abandono; quando uma criança morria, era logo substituída por outra, pois não havia generalizadamente o afeto dedicado a essa fase, como nos dias de hoje.

Embora a etapa da infância tenha ganhado mais visibilidade no final do século XVI, foi a partir do século XVII que a criança passou a ser mais valorizada:

No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade que a distinguiu dos adultos. Esse fato essencial aparece logo ao primeiro olhar lançado às numerosas representações de crianças do início do século XVII. (ARIÉS, 1978, p. 70).

No Brasil, as crianças e adolescente passaram por um caminho extenso e complicado, marcado por abandono, exploração do trabalho infantil, abuso sexual,

mortalidade altíssima, dentre outros. Os primeiros “modelos” de crianças foram trazidos pelos jesuítas:

Nesse ínterim, devemos ressaltar a importância histórica da Companhia de Jesus na constituição da infância brasileira. Foram os jesuítas que introduziram em nossa nação as primeiras noções de infância de que se tem notícia, que oscilavam entre a incógnita nacional e as novidades oriundas do velho mundo, mas sem refutar a misticidade que lhes é peculiar, associando às crianças indígenas caracteres próximos aos de Jesus, como, por exemplo, santidade e evangelismo, entre outras (RICIERI; SANTOS, 2017, p. 175).

Os jesuítas acreditavam que as crianças tinham de ser “moldadas” antes de atingir a idade adulta e usavam a fé cristã para catequizá-las, principalmente às indígenas. Quando a criança lutava contra esse sistema, diziam que ela estava em “tentação demoníaca”, ou seja, não estava em seu juízo perfeito e, por isso, precisava ser “educada”. Ainda no século XIX, o abandono de crianças era muito comum, tendo sido criada a Rodas dos Expostos, cujo objetivo era acolher as abandonadas; com o passar do tempo, essas rodas deixaram de existir em virtude de críticas do Estado e de médicos pela falta de higiene e cuidado. Somente a partir do ano de 1960 é que houve um olhar para a necessidade das crianças abandonadas (PAIVA, 2015).

Atualmente, a criança é considerada um sujeito histórico, que deve ser protegido por sua família até antes do seu nascimento e dela receber atenção e afeto. Na trajetória histórica, os conceitos de criança e de infância percorreram um longo caminho para conquistar o cuidado que lhe é devido, e a educação infantil é uma das etapas, a primeira delas, para que a criança se construa como sujeito, através de interação, brincadeiras e atividades.

1.2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Voltada para crianças de zero a cinco anos de idade, a educação infantil é uma fase fundamental para o desenvolvimento global dos alunos, visto que nela são trabalhados os aspectos cognitivos, físico, motor, psicológico, cultural e social, por atividades lúdicas que favorecem a imaginação e criatividade. Portanto, busca-se

incentivar o desenvolvimento das habilidades de linguagem, a socialização e a autonomia (BARBOSA; CUNHA, 2011).

Segundo Kuhlmann (1988), a educação infantil adota várias formas de educar a criança no espaço escolar em complementação à educação oferecida pelos pais e pela sociedade. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Seção II, art. 29, enuncia que: “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social complementado a ação da família e comunidade” (BRASIL 1996).

Ao passo que a LDB deixa claro que a educação infantil é muito importante para o desenvolvimento integral da criança, e sinaliza que essa oferta deve se pautar pela qualidade para que possa, de fato, contribuir para o seu crescimento intelectual, afetivo, social e motor. Sendo assim, as instituições educacionais passaram a ser compreendidas como o lugar que promove o desenvolvimento integral da criança por meio do cuidar e do ensinar. Para tanto, exige-se que seus profissionais sejam formados e qualificados para trabalhar com essa faixa etária (ROCHA, 2012).

A educação infantil surgiu durante a Revolução Industrial, com a intenção de dar assistência às mães que ingressassem no mundo do trabalho e não tivessem com quem deixar seus filhos. Denominada creche, a educação que se oferecia nesse espaço era aquela que julgavam ser certa e que ajudaria a criança a se tornar um adulto, já que consideravam que ela substituiria a educação dada pela família. Tinha o objetivo de abrigar as crianças pobres, aquelas que as mães não sabiam cuidar e as abandonadas, entre outras (FULY; VEIGA, 2012).

Como as crianças não tinham um lugar na sociedade nos séculos XV e XVI, tinham a mesma educação que os adultos e frequentavam os mesmos ambientes. Nesse período, a educação servia para preparar as pessoas, tanto as crianças quanto os adolescentes e adultos, para o trabalho. Foi no século XVIII que Froebel atribuiu sentido e importância à infância. A partir de suas teorias, surgiu o processo de escolarização chamado de “Jardim de Infância”, um termo criado por ele mesmo e destinado aos menores de oito anos. Sua proposição, desde então, era a de desenvolver suas habilidades com liberdade para conhecer sobre si e sobre o mundo, utilizando atividades lúdicas. Para ele, as brincadeiras são o primeiro recurso no caminho da aprendizagem e não consistem apenas em diversão, mas em

um modo de criar representações do mundo com a finalidade de entendê-lo (KENDZIERSKI, 2012).

Nos séculos XIX e XX surgiram olhares mais apurados para a criança. Médicos e sanitaristas passaram a se preocupar com o bem-estar dessa fase e a buscar propostas que a incluísse na sociedade. Na Europa, estudiosos como Johann Heinrich Pestalozzi, Maria Montessori, Johann Friedrich Herbart, Jean-Jacques Rousseau, Jean Piaget e Friedrich Fröbel começaram a pesquisar sobre a infância, dando importância para a criança e para seu desenvolvimento (MOURA; VIANA; LOYOLA, 2013).

Como consequência dessa mudança de olhar, surgem também as primeiras instituições destinadas ao atendimento específico de crianças. Inicialmente, suas práticas eram mais centradas no cuidado e à assistência. Na Europa, as primeiras instituições de “educação infantil” surgiram na metade do século XIX. Na França, foi criada a primeira creche, nomeada como Escola de Tricotar, com o objetivo de levar para as crianças costumes, atos religiosos e, também, ensinar as letras e sua pronúncia. Em 1840, na Alemanha, surgiu o jardim de infância, criado por Fröbel, com proposta pedagógica centrada na criança e na sua educação (CARMO, 2009).

No Brasil, a educação infantil começa a ganhar importância, em 1875, quando surgem, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os primeiros jardins de infância inspirados na proposta de Fröbel. Em 1930, como fruto de reformas educacionais, o setor público passa a contar com o atendimento pré-escolar para atender à nova ordem legal da educação: pública, gratuita e para todos (MENDES, 2015). A conjunção desses fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de zero a seis anos fosse amplamente reconhecido na Constituição de 1988, culminando na disposição da educação infantil como um direito. A partir de então, essa fase da educação passou a ser um dever do estado e um direito da criança.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, seu art. 29 reconhece legalmente a educação infantil, concebida como etapa inicial da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (ANDRADE, 2010). Assim, caberá aos profissionais da educação infantil a oferta de propostas pedagógicas consistentes, capazes de promover o desenvolvimento intelectual, físico e emocional

das crianças de forma responsável. Enfim, devem ser priorizadas, nessa etapa, as interações, que geram experiências de diversas ordens na relação com os mundos físico, social e emocional, produzidos em diferentes realidades socioeducativas.

1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE

Atualmente, a educação infantil tem quebrado barreiras e conquistado muitos caminhos, deixando a criança desenvolver-se no seu próprio tempo por meio de atividades, interação e brincadeiras. No Brasil, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, devido a que muitas crianças ainda não possuem acesso a essa educação, enquanto outras que embora encontrem-se inseridas neste nível estão sujeitadas à condições precárias.

Em 1996, com a LDB, a educação infantil passou a ser vista como a primeira etapa da educação básica e deve ser oferecida em creches e pré-escolas, mas, ainda assim, é vista como um lugar apenas do cuidar, excluindo totalmente o educar, imperando o entendimento de que essa primeira etapa é apenas uma forma de assistência, um espaço de brincadeiras, e não um espaço fundamental para a criança se desenvolver.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) definem a criança na sua resolução CNE/CEB nº 5/2009, em seu artigo 4º como:

Sujeito histórico e de direitos, que nas interações de relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

O artigo 9º da DCNEI assinala que:

Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e as brincadeiras, vivências nas quais as crianças se apropriam dos conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e os adultos, possibilitando aprendizagem, desenvolvimento e socializar. E servir de instrumento para a capacitação de professores (BRASIL, 2010).

A interação é um dos pontos principais do desenvolvimento da criança na educação infantil, visto que, ao ter contato com um novo ambiente, rotinas, atividades e novos pares, ela desenvolve os sentidos (tato, olfato, visão, paladar e audição), o movimento do seu corpo. Além disso, as brincadeiras têm o objetivo de estimular a imaginação e a linguagem, pois quando ela brinca de faz de conta está desenvolvendo sua imaginação, vocabulário e conteúdos. Para Piccinin (2012, p. 40):

A base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos socioemocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem-sucedidas e fortalecidas.

Oliveira (2008, p. 299) aponta que na educação infantil a criança, entre zero e cinco anos, desenvolve seu lado emocional, moral e intelectual, passa a ter mais autonomia, noção de responsabilidade e cumprimento de regras e, através da interação com os colegas, com os educadores, com as rotinas, o ambiente e os objetos, seu desenvolvimento é alcançado desde que trabalhado adequadamente.

A educação infantil é um mundo rico, cuja construção de projetos prioriza o interesse da criança, ampliado pelos educadores para oferecer-lhe um maior acesso à cultura, canções populares, parlendas, livros e língua. É de suma importância, porém, ter ciência de que a educação infantil não objetiva alfabetizar, e sim oportunizar o contato com signos e significados escolares, respeitando seus desejos e curiosidades. Essa primeira etapa deve respeitar o desenvolvimento de cada criança em seu tempo (ARAUJO, 2017).

O pedagogo tem um papel muito importante nesse processo, porque cabe a ele planejar atividades, rotinas, brincadeiras e interações, sempre com o olhar para a criança. Antes mesmo de propor uma nova situação, deve-se preocupar com sua adaptação a esse momento, que será novo, para intervir de forma adequada. Portanto, a adaptação da criança no ambiente escolar é de extrema importância e, conforme esse processo é realizado, pode causar um sofrimento muitas vezes levado para os próximos anos escolares, atrapalhando seu desenvolvimento cognitivo e físico.

2 PROCESSOS DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Para dar início a discussão, nesta seção aprofundar-se-á como se dá o processo de adaptação, e o porquê ser tão “doloroso” para algumas crianças e mostrar a importância de um ambiente acolhedor na educação infantil.

O processo de adaptação pode ser doloroso se não ocorrer planejamentos adequados, com acolhida e fundamentando em teóricos que entendem do assunto, por isso, ao abrir uma nova turma, a instituição deve estar preparada para acolher não somente as crianças, mas a família e o professor também, passando segurança e credibilidade nesse novo processo para que a criança possa ter uma adaptação tranquila e prazerosa. Para entender melhor, a família é a primeira referência na vida da criança, na qual ela constitui seus valores, crenças e identidade, o que faz dela única, diferente de cada sujeito que vive na sociedade e diferente de cada criança que também está passando pelo processo de adaptação. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (DCNEB) (BRASIL, 2013, p. 92):

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. Quando a criança passa a frequentar a Educação Infantil, é preciso refletir sobre a especificidade de cada contexto no desenvolvimento da criança e a forma de integrar as ações e projetos educacionais das famílias e das instituições. Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem.

A segunda referência importante na vida da criança é a escola. Nela a criança amplia a sua socialização, desenvolve e aprende a conviver em grupo, ou seja, obtém experiências que até então tinha apenas com os familiares. O processo de adaptação nem sempre é tranquilo, pois retira a criança da sua zona de conforto e leva-a para um ambiente totalmente novo e desconhecido, cabe então ao educador facilitar o processo, minimizando o sofrimento e propondo atividades que dê segurança e conforto. O educador é o principal facilitador desse novo desafio, e não é só a criança e a família que irão aprender, mas o profissional também, e por mais que tenha presenciado ou venha a presenciar várias outras adaptações, cada uma delas nunca será igual, pois cada processo é único e diferente.

O DCNEB (BRASIL, 2013, p. 92) destaca a importância do profissional da educação no interagir com as famílias:

Um ponto inicial de trabalho integrado da instituição de Educação Infantil com as famílias pode ocorrer no período de adaptação e acolhimento dos novatos. Isso se fará de modo mais produtivo se, nesse período, as professoras e professores derem oportunidade para os pais falarem sobre seus filhos e as expectativas que têm em relação ao atendimento na Educação Infantil, enquanto eles informam e conversam com os pais os objetivos propostos pelo Projeto Político-Pedagógico da instituição e os meios organizados para atingi-los.

A interação com outras crianças também deve proporcionar uma adaptação prazerosa. Oliveira (2002, p. 142) reconhece que:

A função dos companheiros de idade é a de polarizar atenção recíproca, constituindo fonte de interesse, imitação e percepção de diferenças. As interações que as crianças estabelecem entre si – de cooperação, confrontação e busca de consenso – favorecem a manifestação de saberes já adquiridos e a construção de um conhecimento partilhado: símbolos coletivos e soluções comuns.

Ao incluir outro ambiente ao qual está familiarizada, por vezes a criança passa por medos, inseguranças e crises de choro ao conviver com outras e com adultos que nunca tiveram contato, e é justamente nesse momento que o professor deve assumir o papel de mediador, auxiliando-a no seu desenvolvimento como cidadão e na convivência em grupo, buscando apoio nas regras totalmente diferentes daquelas as quais está acostumada a seguir em casa.

A instituição escolar e a família, mesmo com suas diferenças e peculiaridades, devem juntar-se para que a adaptação seja realizada com êxito, afinal, é a primeira modalidade da educação básica, e se não dispensarem uma atenção mais cuidadosa a esta questão podem contribuir para que a criança carregue um trauma psicológico pelo resto da vida. Família e escola quando unidas colaboram com a aprendizagem da criança, participando dos projetos propostos e sugerindo atividades que possam contribuir para um processo mais rico nesta etapa da aprendizagem. E para obter bons resultados e uma adaptação de qualidade, a instituição deve se fundamentar-se em teóricos, buscando respostas e se preparando para receber a família e a criança, neste sentido, acolhendo-as com o espaço já organizado e pensado.

2.1 ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA: UM PROCESSO DOLOROSO?

Em relação ao processo de adaptação da criança na educação infantil, a primeira coisa que se pensa é na possibilidade de choros constantes e na insegurança da família ao decidir ingressar seus filhos na primeira etapa da educação básica. Aqui então, será enfocada a importância de acolher a criança e as famílias, e se os responsáveis então seguros e confiantes, automaticamente haverá mais facilidade em ocorrer uma adaptação menos dolorosa e mais prazerosa.

Ao tomar a decisão de inserir seus filhos em uma instituição escolar, pode ocorrer medo e dúvidas se realmente a criança vai sentir-se amada e segura nesse novo ambiente. Primeiramente a instituição deve estar preparada para apresentar o espaço e a rotina para a família, através de reuniões com a participação dos profissionais que irão orientar essa nova etapa na vida das crianças. As instituições devem se preparar para esse momento de forma clara e objetiva, organizando seu espaço e planejando, de acordo com sua forma de planejar e acolher baseando-se na sua realidade social e econômica, e também nas concepções de educação que permeiam as várias formas de pensar o ensino-aprendizagem, buscando teóricos para auxiliar nesse processo.

A maioria dos responsáveis buscam referências das instituições com um parente ou um conhecido próximo, ao fazer isso, a família fica mais segura e confiante em colocar seus filhos na primeira etapa da educação básica. É interessante e de suma importância, cumprir uma obrigatoriedade, ou seja, a instituição deixar que o responsável permaneça no ambiente junto da criança por um tempo, acompanhando a conduta do profissional e preparando suas perguntas que serão respondidas mais tarde, como uma forma de acolher essa família. Ao deixar então os pequenos no novo ambiente, de forma alguma devem sair sem se despedir ou ficar escondidos vigiando os filhos chorarem. Mesmo com a curiosidade em saber como o filho vai se sair ou com a pressa do dia a dia, a família deve conversar com a criança e explicar que mais tarde volta para pegá-la, passando-lhe segurança. Segundo Balaban (1988, p. 18):

Os pais podem ter curiosidade em saber como as crianças vão se comportar sem ele ou como elas vão agir sem o seu controle, a sua

orientação ou a sua proteção. Os pais ainda não haviam deixado seus filhos de casa fora antes, esses sentimentos podem ser fortes de forma especial.

O cuidado e a atenção à criança é a chave fundamental para esse longo processo e a instituição deve estar apta para receber os pequenos. A adaptação eventualmente é dolorosa porque requer muito da criança que não estava acostumada com o novo, mexendo com toda a sua estrutura física e emocional, e o choro é a forma mais clara de demonstrar tamanho incômodo. Atitudes, que vão desde segurar nas pernas do responsável na entrada da sala e até o choro sem cessar quando são deixados, devem ser encaradas de forma responsável pelo profissional, pois mesmo com os argumentos de que a família voltará, eventualmente a criança pode continuar a demonstrar impaciência e até mesmo saudades dos responsáveis. Balaban (1988) informa que a criança pode se sentir muito infeliz ao separar-se daquela pessoa que lhe dá atenção, mudando de comportamento, daí, “[...] atiram coisas. Batem nas outras crianças. Tenta bater no professor. Elas batem. Dão pontapés” (BALABAN, 1988, p. 14).

Sozinhos, sem a presença do responsável e da gestão da instituição, um novo desafio é posto para o professor e o profissional será o facilitador na questão da socialização e adaptação da criança que pela primeira vez ingressa no âmbito escolar, onde ampliara o conhecimento sobre o mundo desse sujeito. Segundo o DNCEB (2013, p. 88):

As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e idéias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político-Pedagógico.

O processo de socialização inicia-se com o profissional buscando envolver a criança de forma afetiva e compreensiva, acolhendo cada uma delas e oferecendo a devida atenção. Segundo o pesquisador Carvalho (2017), a família e os profissionais da educação têm papéis diferentes nesse processo, porque a socialização na instituição é diferente daquela realizada pela família, porque “a escola não pode

substituir a família no papel da educação, uma vez que esta pertence à mesma”, embora possa complementar e reforçar alguns valores principalmente pelo exemplo.

Quando a criança é inserida nesse novo mundo de possibilidades e aprendizagens, a primeira forma de demonstrar desconforto é através do choro, aquele que deixa a família apreensiva e insegura, “morrendo de medo” em deixar seus pequenos diante daquela situação. O(a) professor(a) nesses longos momentos de choro deve buscar formas para amparar a criança, distraíndo-a com atividades e oferecendo carinho, e tendo em mente que cada criança se adapta de forma diferente. Balaban (1988, p. 37) reconhece que:

As crianças não têm as experiências com perdas, que os adultos têm. Não sabem que existem limites para essas experiências. As crianças com frequência acham que a perda não vai ter fim, que não vão parar de se sentir tristes, que não vão nunca mais parar de chorar. Elas precisam de ajuda para compreender que a vida não é sempre assim e que os momentos de solidão e tristezas têm um fim, assim como um começo.

Pode-se concluir que não se deve ignorar o choro da criança, porque é uma forma de pedir ajuda e demonstrar o quanto está incomodada diante do novo. O professor então tem que estar preparado para receber a criança que nunca teve contato com uma instituição, deve planejar as atividades, o ambiente e a rotina, porque o objetivo da adaptação é oferecer um espaço seguro para que ela se desenvolva emocionalmente, fisicamente e socialmente, tornar-se o sujeito ativo da sua própria aprendizagem e ter contato com a sua cultura. A adaptação também oferece uma interação entre escola-família, porque seus interesses são os mesmos em inserir a criança na sociedade e fazer com que a primeira infância seja garantida e respeitada e, por fim, a importância de planejar e organizar o ambiente também torna a adaptação menos dolorosa e mais acolhedora.

2.2 O PLANEJAMENTO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO ACOLHIMENTO DA CRIANÇA

O planejamento e a organização do espaço na educação infantil contribuem para o desenvolvimento integral da criança. Nessa seção pretende-se compreender a importância desses dois elementos para o processo de adaptação e

desenvolvimento dos pequenos.

A finalidade da educação infantil não é alfabetizar as crianças, ou seja, não é para as crianças saírem das instituições sabendo ler e escrever, mas sim o cuidar da criança nesses locais formais, com limpeza, alimentação e lazer. Mas também com o sentido de educar, sempre respeitando o caráter lúdico das atividades, dando prioridade no desenvolvimento integral da criança, com o olhar totalmente voltado para ela. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu cinco campos de experiência para o desenvolvimento da criança: Eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações, nos quais as crianças irão se desenvolver através de brincadeiras e interações. O professor então passa a ser responsável para mediar o desenvolvimento da criança através do planejamento.

Segundo Ostetto (2002, p. 177):

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma forma. Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica.

O ato de planejar na educação infantil possibilita ao professor interagir com as crianças, buscar seus interesses, dar atenção necessária e investigar meios de ampliar o conhecimento sobre o assunto e atuar por meio do projeto e atividades. Como salientam Barbosa e Horn (2001, p. 67):

Organizar o cotidiano das crianças na Escola Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente de suas necessidades.

No entanto, não é apenas o planejamento que contribui para o processo de ensino-aprendizagem da criança, o espaço também é um pilar fundamental nesse processo. Segundo Horn (2007, p. 15) “[...] o modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica”. O espaço permite socializar a criança, dando-lhe mais autonomia, interação com outro sujeito, o desenvolvimento mais amplo. Horn (2007) enfatiza a importância do ambiente para a

criança se socializar, e enfatiza que “[...] é preciso que ela interaja com esse espaço para vivê-lo intencionalmente”. (HORN, 2007, p. 15). Ou seja, o professor deve planejar bem o espaço para acolher os pequenos, pois a criança ao explorar o ambiente, desenvolver sua coordenação motora, sua imaginação, sua linguagem e socialização. De acordo com o DCNEB (BRASIL, 2013, p. 89):

Educar de modo indissociado do cuidar é dar condições para as crianças explorarem o ambiente de diferentes maneiras (manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas etc) e construir sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de um modo singular das formas culturais de agir, sentir e pensar. Isso requer do professor ter sensibilidade e delicadeza no trato de cada criança, e assegurar atenção especial conforme as necessidades que identifica nas crianças.

Como pode-se perceber, o planejamento e o ambiente auxiliam o professor na hora de realizar o seu trabalho e aqui cabem duas perguntas: como deve ser o planejamento e o espaço para as crianças que estão ingressando na educação infantil? Como deve ser a acolhida desses pequenos na instituição?

O professor deve criar uma sala com a “cara” da criança, um ambiente acolhedor com calendário, desenhos, letras, livros, canções, todos de fácil acesso, ou seja, na altura dos pequenos, para que eles possam ter contato com os objetos. De acordo com Barbosa (2015), não se pode esquecer a importância do cantinho do brinquedo, pois “[...] faz com que a criança tenha estímulos para o desenvolvimento da imaginação, faz-de-conta, autonomia, socialização e cognição” (BARBOSA, 2015, p. 08), porque através de um brinquedo, a criança se inclui na sociedade. Barbosa e Horn (2008, p.86), também esclarecem que:

Ao professor cabe criar prioritariamente um ambiente propício em que a curiosidade, as teorias, as dúvidas e as hipóteses das crianças tenham lugar, sejam realmente escutadas, legitimadas e operacionalizadas para que se construa a aprendizagem.

Oliveira (2002, p. 98) acerca da importância dos “cantinhos” informa que:

Tem sido muito valorizado a organização de área de atividade diversifica os “cantinhos” – da casinha, do cabeleireiro, do médico ou dentista, do supermercado, da leitura, do descanso -, que permitem a cada criança interagir com pequeno número de companheiro, possibilitando-lhe melhor coordenação de suas ações e a criação de um enredo comum na brincadeira, o que aumenta a troca e o aperfeiçoamento da linguagem.

Ao receber a criança em seu primeiro dia, o professor, já preparado, com seu planejamento e organização da sala, deve acolher com uma canção ou fazer uma roda de conversa para que essa criança se sinta bem acolhida, não pode-se esquecer que o choro é inevitável, então tem que estar preparado para todo o processo, dando atenção e oferecendo brinquedos, para uma possível distração, nunca esquecendo que deve receber a criança de braços abertos. Em seu livro “A formação social da mente”, Vigotski (2000, p. 64) também aponta a importância do brinquedo reconhecendo que:

É enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento [...]. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não incentivos fornecidos pelos objetos externos.

Horn (2007) destaca em seu livro “Organização dos espaços na educação infantil”, a importância do espaço e o objeto, porque eles estimulam a imaginação dos pequenos, pois um simples objeto transforma-se em brinquedo significativo para a criança:

Podemos inferir, por meio dessa idéia, que é fundamental a criança ter um espaço povoado de objetos com os quais possa criar, imaginar, construir e, em especial, um espaço para brincar, o qual certamente não será o mesmo para as crianças maiores e menores. (HORN, 2007, p. 19).

Portanto, o espaço e planejamento são importantes para a interação e a inserção da criança na educação infantil em seu longo processo de aprendizado. E que o professor é o principal mediador e facilitador no processo de ensino e aprendizagem da criança, mas atualmente, muitos profissionais não estão capacitados para lidar com a primeira infância, pois muitos carecem de uma formação mais completa a respeito do assunto ao final da seção Oliveira (2002, p. 103) critica a prática do profissional da educação:

Muitos de nossos professores apreendem apenas superficialmente o universo simbólico infantil. Por vezes identificam vários sentidos potenciais e escolhem um deles para trabalhar, sem refletir sobre o critério que utilizam para fazê-lo. Dão respostas muitas vezes apressadas, em decorrência mais de sua angústia por trabalhar em campos com múltiplas significações do que das necessidades das próprias crianças. Com isso a sondagem dos interesses infantis não sai de um nível superficial e não se tem uma relação

de escuta, uma dimensão de confronto de subjetividade e de significações culturais e históricas, básicas para a formação humana.

Sendo assim, o processo de adaptação da criança exige atenção, cuidado e planejamento, e necessita, também, de profissionais capacitados para contribuir no desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos pequenos. Na seção seguinte irei mostrar a importância da capacitação do(a) professor(a), qual é sua função de mediador e como lidar com a insegurança no seu processo de ensino e aprendizagem.

3 A CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A seção enfoca a capacitação do profissional na educação infantil, especialmente o iniciante que traz como bagagem o conhecimento que adquiriu ao longo da sua jornada no ensino superior, mas por vezes não detém claramente o alcance da importância de sua prática. Para fundamentar os argumentos serão adotados os seguintes teóricos: Vieira (2016), Azevedo (2007), Pereira (2012), Oliveira (2002), Silva e Guimarães (2011), Rocha (2012), Albuquerque, Felipe e Corso (2019), Luria e Leontiev (2010), Lima e Guerreiro (2019), Quinquilo (2017), Mousinho (2010), Rego (1995), Flôr e Silva (2012), Romanowski e Martins (2013), Mello e Rubio (2013), Balaban (1988), Cacheffo e Garms (2015), Winnicott (1985), Zibetti (2004), Francelino (2018), Voltarelli e Monteiro (2017), Massullo (2015), Linhares (2012), Nepomuceno e Bridi (2010).

Sobre a educação infantil prevalece a ótica que o profissional é formado para cuidar da criança. Essa suposição que o associa prevalentemente à de cuidador, em termos impede o educador de possuir uma identidade profissional e o impossibilita de colocar em prática os conhecimentos teóricos que adquiriu na formação (VIEIRA, 2016). De acordo com Pereira (2012, p. 20) acerca da imagem que os professores têm no seu ambiente de trabalho

[...] apesar da difusão das escolas de educação infantil ser bastante recente se consideramos nosso período histórico, elas vêm arraigadas nessas concepções de assistencialismo e de “substitutas” temporárias da família, sendo os professores colocados em um lugar de extensão da figura materna.

Ou seja, os profissionais da educação infantil estão em uma luta constante para mudar a imagem de sua função “maternal”, embora ainda existam muitos educadores atuando na área da educação sem formação superior e que assumem este papel. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 assinala em seu artigo 62 que:

A formação de docente para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries

do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Azevedo (2007, p. 174) complementa que esta capacitação deve contribuir para formar

[...] professores capazes de construir proposta pedagógica com clara intencionalidade educativa, compreendendo a importância de seu papel social no exercício da docência, independentemente da idade da criança, necessitam de uma formação teórica e prática solidamente fundamentada, que lhes permita esclarecer, em primeiro lugar, suas próprias concepções e valores, tendo autonomia para fazer suas opções [...] (Azevedo, 2007, p. 174)

A formação docente é de suma importância, pois o profissional passa a ter um olhar crítico diante dos acontecimentos, porque passará a analisar e pesquisar o que é melhor para si e para o aluno, ampliando seu conhecimento. Silva e Guimarães (2011, p.14) contribuem para reflexões acerca do profissional da primeira infância, em relação a que este não se constrói apenas a partir do conhecimento docente:

[...] a formação docente não pode ser vista apenas como um processo de acumulação de conhecimentos de forma estática, como cursos, teorias, leituras e técnicas, mas sim como a contínua reconstrução da identidade pessoal e profissional do professor. Esse processo deve vincular-se a um conjunto de valores, saberes e atitudes encontradas nas próprias experiências e vivências pessoais, as quais imprimem significados ao fazer educativo.

Os autores chamam à atenção para que o professor da educação infantil com todo o seu conhecimento de mundo e saberes científicos não pode ignorar que sua prioridade é a criança, ou seja, sua prática deve se voltar para o brincar e o educar, para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem para a primeira infância no sentido da “[...] ludicidade, entendida na sua perspectiva de liberdade, prazer e do brincar enquanto condição básica para promover o desenvolvimento infantil.” (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p. 15).

Pereira (2012, p. 56) afirma que o educador é responsável por transmitir saber para a criança, mas que pode ser manifestado através do afeto, ou seja:

[...] cabe a nós pensarmos se o professor serve a esse papel de representar o mundo para a criança. Se analisarmos a palavra professor, teremos aquele que professa, ou seja, ensina/transmite, uma ciência. Porém, sabemos que o professor atua, para a criança, como um sujeito de linguagem transmitindo a essa criança algumas inscrições. Da mesma

forma, também sabemos que na relação professor-aluno não existe neutralidade, pelo contrário, a relação é marcada por afetos que envolvem, como pano de fundo, desejos inconscientes.

O educador deve contribuir para a criança conhecer o mundo em que vive, e deve estar em constante formação, via ensino superior na busca do conhecimento, através da aprendizagem continuada. Vieira (2016) aponta a importância do estágio supervisionado na formação docente, haja vista que consiste na primeira oportunidade em que encontrar-se-á diante da primeira etapa da educação básica, ou seja:

[...] acreditamos que para haver a formação da profissionalidade do professor de Educação Infantil no conjunto de comportamentos, habilidades e atitudes específicos da ação docente, o estágio supervisionado bem articulado na formação inicial, baseado na observação participante, cujas práticas educativas são analisadas e discutidas, constitui como um dos eixos essenciais durante a formação docente (VIEIRA, 2016, p. 859).

Vieira (2016) valida a capacitação do professor promovida no ensino superior, considerando que seus conhecimentos teóricos são ampliados na dimensão prática, quando cursa a disciplina de estágio, desse modo: “[...] a aproximação dos professores em formação com as comunidades escolares em que são realizados os estágios contribui para que o futuro professor seja preparado para atuar em diferentes realidades” (VIEIRA, 2016, p. 860). Ou seja, a disciplina de estágio supervisionado no currículo do futuro professor em formação, apresenta a realidade e permite que ele tenha uma rica experiência ao conhecer diferentes realidades das crianças.

Como pode-se ver, a capacitação do profissional da educação infantil deve ocorrer desde o momento que ingressa no curso de licenciatura e continua quando passa a atuar com as crianças, acolhendo-as, desenvolvendo suas capacidades sociais e cognitivas. E não cessa na conclusão do curso, porque está sempre em formação, portanto, não existe um tempo determinado para finalizar a busca por conhecimentos.

Rocha (2012, p. 31) destaca a importância da prática do professor na educação infantil em relação a que:

[...] se pensarmos mais detidamente sobre a realidade da prática pedagógica desse profissional, iremos perceber que a grande importância do seu papel dentro da sala de aula vai muito além de teorias, pois sua

prática requer zelo, carinho e dedicação, fatores que não estão disponíveis em cursos formadores, por isso, o olhar sobre a infância e a criança devem refletir essa nova realidade legal. Nesse sentido, em um trabalho realizado em campo vimos que um dos aspectos subjetivos da Educação Infantil está no cuidado que devemos ter com as crianças. Entendendo a palavra cuidado no sentido mais amplo possível, o que significa que tal compreensão deve orientar as práticas da educação infantil, caracterizadas como ações de cuidar e educar de forma integrada. O pressuposto subjetivo é cuidar do outro em toda sua dimensão humana, como destacou a entrevistada.

E Pereira (2012, p. 40) assinala sobre a capacitação do profissional para atuar na primeira infância que

[...] o professor enquanto ser pensante e um profissional ético deve, portanto, ter clareza da importância do seu papel meio à sociedade, principalmente com aqueles ao qual o foco principal da educação é “o aluno”, como também, ter uma formação sólida sobre o profissional em que deve constituir-se.

Na Seção, a seguir, pretende-se argumentar que para além da capacitação do educador na educação infantil, ele é o principal mediador do conhecimento, e é preciso entender que, eventualmente, também vivencia um processo de adaptação, e guardadas as devidas proporções, sente incômodos assim como as crianças. E não é incomum sentir-se desconfortável diante do novo, mesmo que já tenha passado inúmeras vezes pelo processo de adaptação com outras turmas, sempre tem sentimentos diferentes.

3.1 PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DA CRIANÇA: SER PROFESSOR(A)-MEDIADOR(A)

Abordar a mediação implica em questionamentos sobre como o professor deve atuar em relação ao conhecimento necessário para atuar junto a criança da primeira infância. Albuquerque, Felipe e Corso (2019, p. 17) sobre a importância da primeira infância na vida dos pequenos, assim se manifestam:

[...] este é um tempo precioso na vida das crianças em que descobertas, relações e experiências constituem a possibilidade delas se constituírem como sujeitos sociais, pertencente a uma cultura e, ao mesmo tempo, instituírem as suas singularidades nesse mundo. É na infância que as crianças alicerçam as aprendizagens que serão construídas ao longo de

suas vidas e, conseqüentemente, num plano mais afetivo, que reservas de entusiasmo pela vida serão nesta fase “bem guardadas”.

Ou seja, é na primeira infância que a criança começa a interagir com o mundo, é o começo das suas descobertas, é aqui que ela interage com a figura do adulto. Luria e Leontiev (2010, p. 27) enfatizam que o adulto é o principal mediador durante o processo de interação, ou seja,

[...] Desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente. No começo, as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica. Mas através da constante mediação dos adultos, processos psicológicos instrumentais mais complexos começam a tomar forma. Inicialmente, esses processos só podem funcionar durante a interação das crianças com os adultos. Como disse Vigotskii, os processos são intersíquicos, isto é, eles são partilhados entre pessoas. Os adultos, nesse estágio, são agentes externos servindo de mediadores do contato da criança com o mundo. Mas à medida que as crianças crescem, os processos que eram inicialmente partilhados com os adultos acabam por ser executados dentro das próprias crianças. Isto é, as respostas mediadoras ao mundo transformam-se em um processo intersíquico. E através desta interiorização dos meios de operação das informações, meios estes historicamente determinados e culturalmente organizados, que a natureza social das pessoas tornou-se igualmente sua natureza psicológica (LURIA; LEONTIEV, 2010, p. 27).

A primeira interação da criança ocorre com a família, que irá lhe dar uma identidade, enraizar os costumes, a cultura e as crenças. A segunda é através da instituição de ensino, quando a criança ingressa e passa a vivenciar o processo de adaptação, quando a interação se amplia, e essa mediação passar a ser com o professor, pois: “O que distingue a atuação do professor das demais experiências mediadas presentes no cotidiano do aluno é a maneira planejada, intencional com que ele organiza a sua prática didática.” (LIMA; GUERREIRO, 2019, p. 06). Isto é, a mediação irá ocorrer socialmente por ambas as partes, e o profissional capacitado guiará a criança buscando se espelhar nos referenciais teóricos.

Atualmente, o professor é visto como uma ponte para o conhecimento, através de sua prática, ele pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem da criança. Quinquilo (2017) aponta como era a imagem do educador antigamente e como o processo de mediação entre professor e criança veio ganhando mais espaço:

Muito se tem discutido sobre o papel do professor em sala de aula e sua postura em relação aos alunos. Antigamente, o professor era visto como um ser de certa superioridade hierárquica que exigia respeito frente a sua posição e ao fato de ser ele o detentor de todo o conhecimento. Atualmente, essa postura tem sido revista e o professor passa a ser um intermediário entre o conhecimento e o aluno, estimulando-o e favorecendo a aprendizagem, de forma mais leve e que valorize o a existência e a manifestação do indivíduo, fora de uma padronização pré-concebida. (QUINQUIOLO, 2017, p, 121).

O conceito utilizado para caracterizar o professor dedicado que trabalha com a mediação resulta de uma atitude e comportamento que consiste em posicionar-se como um facilitador da aprendizagem, motivando e cooperando ativamente para permitir que os educandos atinjam seus objetivos de aprendizagem (MOUSINHO, 2010).

Oliveira (2002, p. 203) destaca que

[...] parceiro da criança em seu processo de desenvolvimento é o professor. Sua função é a de ser uma pessoa verdadeira, que se relacione afetivamente com a criança, garantindo-lhe a expressão de si, visto que ela precisa de alguém que acolha suas emoções e, assim, lhe permita estruturar seu pensamento. Ao responder à criança, ampliando, redefinindo e esclarecendo seus comentários, confusões e ações, o professor alimenta o pensamento infantil, propondo-lhe questões que a ajudem a consolidar as idéias que já possui e a construir hipóteses.

Rego (1995, p. 115) afirma que: “[...] a função que ele desempenha no contexto escolar é de extrema relevância já que é o mediador e (possibilitador) das interações entre os alunos e das crianças como objetos de conhecimento”. Dessa forma, o(a) professor(a) mediador(a) organiza e trabalha o ensino e a aprendizagem da criança.

No processo de adaptação da criança, o professor deve arrumar estratégias e utilizar o espaço e materiais da instituição como um auxiliador na hora de acolher os pequenos:

Considerando a criança um agente ativo de seu processo de desenvolvimento, o professor infantil faz a mediação entre ela e seu meio, utilizando os diversos recursos básicos disponíveis: o próprio espaço físico da creche ou pré-escola com seu mobiliário, equipamentos e materiais, as tarefas e instruções propostas e, particularmente, sua maneira de se relacionar com a criança: como a observa, apóia, questiona, responde-lhe, explica-lhe, dá-lhe objetos e a consola. (OLIVEIRA, 2002, p. 204).

Desse modo, não é apenas o espaço e os materiais que são importantes nesse processo, mas o(a) professor(a) tem que ser ativo, reflexivo e analítico, como sugere Oliveira (2002, p. 206):

[...] Sua função é a de observar, documentar, oferecer material, coordenar situação envolvendo pequenos e grandes grupos, acompanhar o andamento dos vários projetos e interagir com a criança enquanto elas neles trabalham, além de cuidar da merenda e organizar os momentos de repouso, a entrada e a saída diária. Isso envolve muita ação, mas também análise, interpretação e reflexão.

Sendo assim, o profissional passa a ser, em certo sentido, o modelo da criança e “[...] além de exemplo passa a ser protagonista do desenvolvimento psicológico do indivíduo”. (QUINQUIOLO, 2017, 2012, p. 122). Ele irá ser uma inspiração para a criança, já que até então seu único contato com a sociedade era a família e os parentes. Ao acolher as crianças no ambiente escolar passa a ser o protagonista da vida delas. E isso requer ainda mais conhece-las. Flôr e Silva (2012, p. 166) apontam a relevância de conhecer cada uma delas na instituição, e de mostrar interesse e afeto e a

[...] importância de o professor conhecer o grupo com o qual trabalha a ponto de conseguir explicitar como está o aprendizado e desenvolvimento das crianças e quais são seus interesses, ou seja, o que as crianças buscam compreender sobre o mundo à sua volta, quais suas preocupações e que perguntas estão fazendo.

Mas antes de conhecer as crianças, e preciso saber preparar o momento para adapta-las, o professor deve ser capacitado, e ter boas condições de trabalho para se desenvolver, ou seja,

[...] para que o professor possa desempenhar com competência sua função é preciso que, além de melhores condições salariais e de trabalho, ele também seja escutado. Os professores têm idéias, hipóteses. princípios explicativos e conhecimentos (baseados na sua experiência de vida e na sua trajetória como aluno o profissional) que, quando revelados, podem oferecer importantes pistas e subsídios na busca de novos modos de ação junto a eles. (REGO, 1995, p. 117)

Na seção seguinte, irei focar a insegurança do educador ao assumir uma nova turma e como se torna um profissional da primeira infância. Pois, assim como a criança e a família, o educador sofre de expectativas e ansiedade em relação à atuação que se inicia, mesmo que já tenha vivenciado o processo diversas vezes,

ainda há aquele “frio na barriga”, afinal, cada turma, a criança e o grupo de famílias são diferentes, porque possuem suas singularidades e identidades.

3.2 A INSEGURANÇA E A APRENDIZAGEM PARA SER PROFESSOR(A) DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A insegurança do profissional é algo que precisa de mais atenção e investigação, em relação aos medos e incertezas. Especialmente os profissionais iniciantes, na condição de recém-formados, no início da vida profissional, portanto, alguns se vêm inseguros e bastante desconfortáveis frente a situações que ainda não foram vivenciadas (ROMANOWSKI; MARTINS, 2013).

Os autores Romanowski e Martins (2013, p, 12) apontam algumas dificuldades que o educador principiante enfrenta ao atuar na instituição:

Entre as dificuldades que as professoras iniciantes enfrentam em sua prática docente podemos citar: 1) domínio de conhecimentos específicos; 2) relação professor e alunos; 3) relacionamento com a comunidade escolar: pais, pares, direção, alunos e 13 outros profissionais; 4) organização pedagógica das escolas que realizam mudanças de série a cada ano com os professores; 5) falta de material; 6) ausência da direção; 7) processo de ensino, especificamente a não aprendizagem dos alunos, a adequação do trabalho em sala à proposta da escola (Lima; Migliorança). Deste modo, observamos que as dificuldades advêm mais das condições de realização do trabalho pelo professor e do que geradas por uma formação inicial deficitária.

Como pode-se observar existe uma série de dificuldades e desafios que o educador se depara para exercer a profissão, especialmente os que pretendem atuar na primeira infância, no decorrer do processo de adaptação à turma, quando as emoções estão voltadas para receber as crianças e acolhe-las adequadamente. A seguir, abordarei como a afetividade ameniza o “sofrimento” e a insegurança do professor e da criança no processo de adaptação.

A relação afetiva entre professor e criança é um ponto importante no processo de adaptação na educação infantil, afinal, ambas as partes compõem a essência do processo ensino-aprendizagem. Para iniciar a discussão, Mello e Rubio (2013, p. 2) apontam a diferença entre afeto e afetividade:

Na linguagem geral, afeto relaciona-se com sentimentos de ternura, amor, carinho e simpatia. A afetividade está relacionada aos mais diversos termos: emoção, estados de humor, motivação, sentimento, paixão, atenção, personalidade, temperamento e outros tantos.

Melo e Rubio (2013, p. 2), continuam enfatizando a relevância da afetividade por reconhecer que

[...] exerce um papel importantíssimo em todas as relações, além de influenciar decisivamente a percepção, o sentimento, a memória, a autoestima, o pensamento, a vontade e as ações, e ser, assim, um componente essencial da harmonia e do equilíbrio da personalidade humana.

Neste sentido, ao receber uma nova turma, eventualmente o professor se ansioso e inseguro, seja pelo medo em lidar com o choro da criança, mas a imprevisibilidade acerca do que irá acontecer mais adiante, ou até mesmo a presença dos pais dentro da sala, pois muitos sentem “raiva” por acharem que alguns responsáveis estão sendo “impulsivos” ou alguns que parecem despreocupados demais (BALABAN, 1988). Neste primeiro momento de acolhida, o educador começa a criar um laço afetivo com a criança, então busca meios de controlar a insegurança no acolhimento dos pequenos usando sua experiência (se for suficiente) ao longo da vida.

Sendo assim, Cacheffo e Garms (2015, p. 25) pontuam que:

A afetividade se constitui como uma das habilidades que as profissionais de Educação Infantil precisam utilizar para elaboração das propostas pedagógicas, no planejamento das atividades e na mediação das relações entre professora-criança, entre criança-criança e entre as crianças e os objetos de conhecimento. Dessa forma, a dimensão afetiva é inerente à função primordial das creches e pré-escolas, cuidar e educar.

Ao ocorrer o acolhimento, os educadores devem ter conhecimento teórico sedimentado, e fundamentado no cuidar e educar. Sendo assim, têm a responsabilidade de proteger as crianças, não só no seu processo de adaptação, mais ao longo dos seus anos escolares, buscando entender suas emoções e seu comportamento agressivo no âmbito da instituição, fornecendo as orientações necessárias em situações de emergência, quando necessário (WINNICOTT, 1985).

Observa-se que não é apenas a criança que precisa ser amparada, o

profissional da primeira infância também necessita dessa atenção voltada para si, ainda mais quando estão em seus primeiros anos de atuação: “[...] a professora em início de carreira defronta-se com situações em que se sente “desamparada”. (ZIBETTI, 2004, p. 221). Zibetti (2004) assinala como a relação professor(a) e criança deve ser e como ambos caminham em uma via de mão dupla, e estão em construção de conhecimento e aprendizagem:

Na relação professor-aluno está em jogo a enunciação de dois desejos – o desejo de ensinar e o de saber. A ação destes dois sujeitos na cena pedagógica será sempre mediada por estes desejos. O professor, ao fazer seu planejamento didático, prepara-se para o previsível considerando o seu desejo. Ao ingressar na sala de aula, se depara com o imprevisível ocorrendo aí o desencontro entre o seu desejo e o do aprendiz (ZIBETTI, 2004, p. 221).

Francelino (2018, p. 168) cita o processo de aprendizagem para ser professor da educação infantil:

O professor de educação infantil, além de estar em constante formação, deve se manter acessível e disponível para a aprendizagem, sendo capaz de refletir sobre sua própria prática, a fim de aprimorá-la continuamente, tornando o processo de ensino-aprendizagem dinâmico e significativo.

A aprendizagem profissional do professor é iniciada antes mesmo de ingressar na instituição de ensino superior, pois suas referências são baseadas na sua vida escolar. Ao se formar e tornar-se educador nunca para de aprender, é um processo contínuo, uma busca de reflexão para suas práticas profissionais (VOLTARELLI; MONTEIRO, 2017). Massullo (2015, p. 81) afirma a importância do professor da primeira infância no processo de ensino e aprendizagem:

[...] é o seu compromisso de Cuidar e Educar diariamente, tendo em vista que é ele que conduz o seu trabalho, tomando decisões em relações a seleções dos objetivos e conteúdos a serem alcançados pelas crianças de acordo com a faixa – etária e suas limitações, assim, como as metodologias, e recursos que se utilizará para que ocorra a aprendizagem o vínculo afetivo entre professor e aluno é essencial e estão intimamente ligadas á cognitivas. Para isso é fundamental que o profissional da Educação tenha o domínio do conteúdo científico, sólida fundamentação teórica que dê sustentação a sua prática docente diariamente, o que se adquire por meio da informação.

O professor precisa praticar suas habilidades de ensino, sua criatividade e prática, contribuindo para que a criança possa produzir, construir, criar e pensar

livremente, ou seja, dando oportunidade para serem protagonista do próprio desenvolvimento (NEPOMUCENO; BRIDI, 2010). Sendo assim, o processo de aprendizagem do professor e sua atuação deve conter profissionalismo, ética, práticas, teorias e afetividade, pois o educador da primeira infância deve ser o principal mediador e facilitador na hora do desenvolvimento cognitivo e físico dos pequenos, carregando esse desafio ao longo da sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e surgiu com o objetivo de contribuir para socializar a criança, desenvolver seu lado emocional, cognitivo e físico. O cuidar e o educar andam de mãos dadas com a creche e as pré-escolas, que proporcionam à criança interação desde um trocar de fraldas até uma canção, uma atividade ou uma brincadeira com outras crianças. Desse modo, a educação infantil é um mundo cheio de possibilidades, conquistas e desenvolvimento.

Vale sempre voltar na história e admirar as conquistas que a educação infantil obteve ao longo dos séculos para chegar onde está hoje. Os primeiros anos de vida são importantes e profundos, pois os pequenos são colocados no mundo e surge a curiosidade e a vontade de explorar. Assim, é relevante que as crianças tenham acesso à educação infantil com profissionais e auxiliares preparados para atender suas necessidades. Mas não é só isso, é preciso saber deixar que a criança se desenvolva no seu tempo, de criar projetos das implicações que ela tem sobre o mundo e, acima de tudo, ter uma boa adaptação nesse processo de inserção na instituição.

Atualmente, a criança é vista como um ser histórico e sujeito de direitos, mas não era assim, ela não tinha voz e nem vez na sociedade. Então é fundamental que os professores e as crianças interajam entre si, que aprendam uns com os outros, porque é um ciclo muito bonito e rico; e não é apenas o professor o que sabe tudo, portanto, deve ser mediador e se incluir nesse processo, buscar aperfeiçoar sua prática, refletir sobre ela e criar projetos para que as crianças tenham um conhecimento cultural mais abrangente, um desenvolvimento mais diversificado, cheio de experiências, e um processo de ensino-aprendizagem bem exercido nessa etapa.

Principalmente, devido ao processo de ingresso e adaptação da criança na educação infantil que pode ser dolorosa e se mostrar como traumática, especialmente se não houver experiência do educador e planejamento adequado, com acolhida fundamentada em práticas pedagógicas que incluam afeto e competência teórica acerca dos fatores que implicam nesta etapa de transição dos pequenos (do ambiente familiar para o educacional). Isso implica no envolvimento

da instituição, no comprometimento da família e do professor, que deve passar segurança e credibilidade no novo processo, para que a criança possa ter uma adaptação tranquila e prazerosa. Nesse caso, deve-se levar em conta que a formação do profissional é tanto necessária nesta atuação quanto estar disponível para uma capacitação continuada.

Este estudo permitiu que eu refletisse como é o processo da adaptação na educação infantil com a criança, como se deve lidar com a família nesse momento tão delicado, em que o medo e a insegurança podem ocorrer, já que pode ser a primeira vez que se separa do ambiente familiar. E principalmente, como o educador deve trabalhar com planejamento, refletir e criticar sempre sua prática, buscando melhorar cada vez mais, e nunca deve parar de aprimorar o conhecimento.

A pesquisa contribuiu para a minha formação, possibilitando reflexão e aprendizado, hoje eu posso olhar para trás e ver como me tornei uma estudante com mais conhecimentos, com um senso crítico mais avançado e uma pessoa mais atenta com tudo à minha volta. Pretendo dar continuidade ao estudo sobre essa temática, porque ainda existe muito mais para explorar, muitos teóricos regulamentações a acessar e que podem contribuir para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, enfim, um mundo cheio de descobertas e oportunidades a ser alcançado.

REFERÊNCIAS

ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. O planejamento pedagógico na educação infantil: as percepções de professores, diretores e coordenadores pedagógicos. **Revista Veras**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 156-179, jul./dez. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/287-643-2-PB.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane, CORSO, Luciana Vellinho (Org.). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-08.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2020.

ARAUJO, Liane Castro de. Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 24, maio/ago. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/3578-24063-1-PB.pdf>, Acesso em: 02 jun. 2020.

ARIÉS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. Implicações teórico-práticas do binômio cuidar-educar na educação infantil. **Revista Olhar de Professor**, v. 10, n. 2, p. 159-179, 2007.

BALABAN, Nancy. **O início da vida escolar**: da separação à independência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BARBOSA, Eliza Maria; CUNHA, Sabrina Vieira da. Concepções e práticas de ensino na educação infantil: psicologia e educação. **Póiesis Pedagógica**, v. 9, n. 2,

p. 78-101, 2011. Disponível em:
<<https://pdfs.semanticscholar.org/dfcd/2023dd9823667cd93d597bb0ba466c4d98ff.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2020.

BARBOSA. Hamilton Elias. **A construção histórica do sentimento de infância**: da idade Média à Idade Moderna. 2007. 40f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Goiânia. Disponível em:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/monocrianca.pdf> Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 jul.2020.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC; SEB, 2010.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

CACHEFFO, Viviane Aparecida Ferreira Favareto; GARMS, Gilza Maria Zauhy. Afetividade nas práticas educativas da educação **Infantil Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 26, número especial 1, p. 17-33, jan. 2015. Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2814/2915>>. Acesso em: 27 out. 2020.

CAMPOS, Maria Malta. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, p.126-142, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a07v2068.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2020.

CARMO, Luziete José do. As creches escolares como mediadoras do conhecimento pedagógico para iniciar e inserir o educando no mundo do conhecimento e da socialização. Trabalho de especialização. Simolândia, 2009. Disponível em: <https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/36035.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

COSTA, Michaely Pereira da. **A educação infantil e o processo de adaptação à escola**. 2019. 31f. Monografia (Graduação em Pedagogia. Área de Concentração: Educação Infantil) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20209/1/TCC%20-%20MICHAELY%20PEREIRA%20DA%20COSTA.pdf>> Acesso em: 02 jun. 2020.

FLÔR, Dalânea Cristina; DURLI, Zenilde (Orgs.). **Educação infantil e formação de professores**. Florianópolis: EdUFSC, 2012.

FRANCELINO, Luciene Carla Corrêa. Desafios da educação infantil: capacitação e formação continuada em serviço. **Revista Ágora**, Vitória, n. 28. p. 159-170, 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/20687/15970>>. Acesso em: 16 out. 2020.

FULY, Viviane Moretto da Silva.; VEIGA, Georgea Suppo Prado. Educação infantil: da visão assistencialista à educacional. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, MS, v.2, n.6, p.86-94, 2012. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/viewFile/588/552>> Acesso em: 24 maio 2020.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2007.

JACOME, Paloma da Silva. **Criança e infância**: uma construção histórica. 2018. 46f. Monografia (Graduação em Pedagogia). – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7139/1/crian%C3%A7aInfanciaContruc_Monografia_2018.pdf> Acesso em: 28 maio 2020.

KENDZIERSKI, Mariana. Friederich **Froebel e os jardins-de-infância**. 2012. Monografia (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná. Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/flicenciaturas/pdf/iiv2n1/104.pdf>> Acesso em: 25 maio 2020.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LIMA, Miriam Bastos Reis Maia.; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Perfil do professor mediador: proposta de identificação. Educação, Santa Maria, RS, v. 44, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34189/pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

MASULLO, Virginia Flora. As dificuldades dos professores na educação infantil- questões estruturais e pedagógicas. **Humanitas**, p. 72-97; Vol. 4 nº 1, p. 72-97, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Wesley/Downloads/421-1343-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Wesley/Downloads/421-1343-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 04 nov. 2020.

MELLO, Tágides; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A importância da afetividade na relação professor/aluno no processo de ensino/aprendizagem na educação infantil. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 4, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Tagides.pdf>> Acesso em: 29 out. 2020.

MENDES, Sarah de Lima. Tecendo a história das instituições do Brasil infantil. SABERES, Natal, RN, v. 1, n. 11, p. 94-100, fev. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/6685-Texto%20do%20artigo-16818-1-10-20150212.pdf> Acesso em: 4 jun. 2020.

MOURA, Tiago Bastos de; VIANA, Flávio Torrecilas; LOYOLA, Viviane Dias. Uma Análise de Concepções Sobre a Criança e a Inserção da Infância no Consumismo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 2, p. 474-489. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a16.pdf> Acessado em: 02 jun. 2020.

MOUSINHO, Renata. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedag.** São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf> Acessos em 17 out. 2020.

NEPOMUCENO, Camila Patrícia; BRIDI, Jamile Cristina Ajub. O papel da escola e dos professores na educação de crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, PR, v. 9, n. 1, jul. de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/1273-4052-1-PB.pdf> Acesso em: 09 nov. 2020.

NOVAES, Maria Helena. **Adaptação escolar**: diagnóstico e orientação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil mais que a atividade, a criança em foco. In: _____. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31. n. 4, p. 201-222. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v31n4/1982-6621-edur-31-04-00201.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2020.

PEREIRA, Karine Ribas. **A que papel o professor de educação infantil vem sendo convocado?** Aspectos do desenvolvimento da criança frente a escolarização. 2012. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49814/000850610.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 out 2020.

PICCININ, Priscila Vanessa. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural**. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

QUINQUIOLO, Natalia. O papel do professor como mediador de conflitos entre crianças da educação infantil. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, SP, v. 10, n 1, edição 18, p. 116-125, jun. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320863573_O_Papel_do_Professor_com_o_Mediador_de_Conflitos_entre_Criancas_da_Educacao_Infantil> Acesso em: 15 out. 2020.

REGO, Teresa Cristina **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

RICIERI, João Guilherme Barreto Prandini; SANTOS, Mateus Mito dos. Aspectos sociais e históricos da infância e políticas públicas para a educação infantil no Brasil. **Revista Temas em Educação**, v. 25, n. 1, p. 174-183, jan. 2017.

ROCHA, Luciana Caprice Silva Santos da. Formação de professores na educação infantil. **Revista Projeção e Docência**, v. 3, n. 1, p. 28-36, mar. 2012. Disponível

em: <file:///C:/Users/Wesley/Downloads/171-531-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 17 maio 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia. Desafios da formação de professores iniciantes. **Pág. Educ.**, Montevideo, v. 6, n. 1, p. 83-96, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-74682013000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SANTOS, Elisandra Pereira. Adaptação de crianças na educação infantil. **Revista e-Ped**, Osório, RS, v. 2, n. 1, p. 30-39, ago. 2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/adaptacao_de_crianças_na_educacao_infantil.pdf> Acesso em: 23 maio 2020.

SILVA, Fernanda Costa Fagundes. GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. O professor de educação infantil: cuidar ou ensinar? Um novo olhar. IV EDIPE. Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. 18 a 20 de maio de 2011: **Anais**. Goiânia, Ed. PUC Goiás, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17540561-O-professor-de-educacao-infantil-cuidar-ou-ensinar-um-novo-olhar.html>> Acesso em: 30 set. 2020.

TAKEMOTO, Denise Tomiko Arakaki; LIMA-SANTOS, Carla Graciete. O cuidar e educar: concepções de quem trabalha com crianças em um centro de educação infantil. XI Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). II Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE). IV Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/Cátreda Unesco) 23 a 26 de setembro de 2013: **Anais**. Curitiba: PUCPR, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7834_6207.pdf> Acesso em: 14 maio 2020.

VIEIRA, Izabel Carvalho da Silva; MELONI, Adaliza.; GUIMARÃES, Célia Maria. O currículo na educação infantil e a profissionalidade do professor. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 1, 13 maio 2016.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/vygotsky-a-formac3a7c3a3o-social-da-mente.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**/ Lev Semenovich Vigotskii, Luria, 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

VOLTARELLI, Monique Aparecida; MONTEIRO, Maria Iolanda. Aprendizagem docente na educação infantil: saberes de professoras que atuam nas creches. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 27, n. 55, p.369-388, maio/ago. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Wesley/Downloads/10901-Texto%20do%20artigo-66696-2-10-20171119.pdf>> Acesso em: 08 nov. 2020.

WINNICOTT, Donald Woods. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985.